

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

HISTORICIDADE NEOLIBERAL E TEMPO SAQUAREMA: “NOVA DIREITA” E MOVIMENTOS MONARQUISTAS NA DISPUTA PELA RECONFIGURAÇÃO DO TEMPO HISTÓRICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Vicente da Silveira Detoni
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
vicentedetoni@gmail.com

Resumo: O texto parte do pressuposto de que no Brasil contemporâneo diversas forças de direita têm lutado por redefinir a percepção social sobre o que é o contemporâneo e sua alteridade, desestabilizando, assim, as fronteiras temporais definidas nos marcos da Nova República. O tempo histórico que se delineia nesta disputa aponta para uma configuração em que espaço de experiência e horizonte de expectativa reaproximam-se, produzindo um movimento diferente daquele sugerido pelas noções de “presentismo” e “historicidade neoliberal”. Neste texto, portanto, é esboçada a questão da (im)possibilidade de compatibilização das formulações correntes de interpretação da natureza do tempo social produzido pelo neoliberalismo, sugeridas por François Hartog e Rodrigo Turin, e a política do tempo acionada na produção intelectual e no ativismo político da nova direita brasileira e dos movimentos monarquistas no Brasil contemporâneo. Especialmente, é trabalhada uma compreensão da relação entre nova direita e o passado imperial considerando o diagnóstico do “globalismo” e a vertente Tradicionalista que integra difusamente e de maneira heterodoxa a matriz teórica dos atores sociais em questão.

Palavras-chave: Tempo histórico. Nova direita. Usos do passado.

Introdução

Como explicar a atração da nova direita brasileira pelo passado do Império do Brasil? Neste breve texto, pretendemos dar um desenvolvimento específico a essa questão, intuindo, no entanto, que talvez ele possa oferecer uma visão mais integrativa sobre o fenômeno. Em trabalho anterior (DETONI, 2021), foi defendido que do ponto de vista do público que passa a nutrir um certo interesse e simpatia pelo passado imperial ou que, com maior radicalidade, adere a movimentos monarquistas, deveria se observar o modo pelo qual esse discurso dialoga com a descrença mais ou menos generalizada nas instituições vigentes na Nova República, sobretudo o sistema político gestado e consolidado na passagem dos anos 1980 e anos 1990. A eficácia deste discurso poderia ser explicada, em parte, pela forma como as experiências do Império do Brasil estariam sendo vistas (ou assim estaria sendo apresentadas) como atuais para

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

lidar com a crise por qual passamos. Longe de nostálgicos anacrônicos, a historicidade em que os simpatizantes da monarquia estariam inscritos seria a da crise da Nova República, expressa primeiramente com vigor no cenário político brasileiro com as Revoltas de 2013 (NOBRE, 2013).

Uma alteração na percepção social do tempo é portanto disputada quando estas novas forças de direita entram em cena. É colocada em questão uma redefinição sobre o que deve ser visto como contemporâneo e sua respectiva alteridade (MUDROVICIC, 2019), desestabilizando, assim, as fronteiras temporais definidas nos marcos de fundação da Nova República. O passado de Portugal, da América Portuguesa e do Império do Brasil estariam deixando de serem vistos como um conjunto de experiências ultrapassadas e cujos resquícios no presente devem ser erradicados para garantir a entrada do Brasil na modernidade (a plena realização da História). No sentido contrário, é defendido que este passado deve ser resgatado para que a sociedade brasileira em crise se reencontre consigo mesma e possa encaminhar-se em direção ao futuro. Nas palavras de um representante da causa monárquica, e fundador de uma importante editora que publica obras significativas para a nova direita brasileira:

o ideário monárquico, constituindo-se numa reação basilarmente conservadora e patriótica, pode e deve se apresentar como a alternativa por excelência à presente crise brasileira, crise que não é somente política ou institucional, econômica ou financeira, mas também, e precipuamente, cultural, moral e religiosa. (LOREDO FILHO, 2019, p.103)

De acordo com o exposto no excerto, José Loredó Filho vai além, contudo, de um diagnóstico apenas institucional da crise, tal como fariam, por exemplo, movimentos monarquistas liberal-parlamentaristas (SANTOS, 1992), ou republicanos liberais-conservadores que buscam inspiração na Constituição de 1824 para a promulgação de uma nova Constituição, mais adequada às transformações globais por que passou o mundo pós-Queda do Muro de Berlim (ORLEANS E BRAGANÇA, 2019). Para Loredó Filho, a substituição de regime político seria insuficiente, por mais sofisticado e eficiente que fosse, caso ele não visasse também a cura de uma “sociedade moralmente enferma”. A restauração da monarquia e do seu ideário deveria ser capaz

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

não só de refundar a crença nas instituições mas também restabelecer a estabilidade dos valores, a verdade, a autoridade, a identidade nacional.

Por menos representativo e mais deslocado que esse posicionamento possa ser no debate público brasileiro, figuras importantes que compuseram e compõem o governo de Jair Bolsonaro endossam esse tipo de compreensão da necessidade de uma revolução cultural através da recuperação do passado monárquico brasileiro. É no interior dela, por exemplo, que deve ser entendida a tentativa recente, revelada pelo jornal Folha de São Paulo em março de 2021 (COLETTA; SALDAÑA, 2021), de transformação do Museu Nacional em Museu Imperial liderada extraoficialmente pelo então Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo e o deputado federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP). O nexos entre estes diferentes atores está em um diagnóstico sobre a geopolítica e a cultura do mundo contemporâneo, expressa às vezes nos termos da vertente de pensamento Tradicionalista (SEDGWICK, 2020), cuja responsabilidade de disseminação mais efetiva na nova direita brasileira se deve, em grande medida, a Olavo de Carvalho (TEITELBAUM, 2020). São noções bastante dispersas e difusas, mas que, caso consideradas, podem auxiliar a compreender a relação que estes atores mantêm com o passado imperial. Assim, pode se tornar mais claro também quais são as características do tempo histórico pelo qual luta a nova direita no Brasil contemporâneo.

Devir nacional e transcendência

Para realizar esse percurso, colocaremos em foco textos produzidos pelo já mencionado ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, que é conhecido por ser um dos responsáveis pela introdução do diagnóstico do “globalismo” no Itamaraty (GRAGNANI, 2019) e que, segundo relata Teitelbaum, seria um Tradicionalista ainda mais fervoroso que Olavo de Carvalho. Tomemos um texto bastante conhecido de Araújo, publicado em 2017, em que é apresentada uma caracterização sobre a presumida crise atual do Ocidente:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O Ocidente [...] muito longe de viver tranquilo, sentado no topo da cadeia alimentar da globalização como muitos supõem, está sob séria ameaça. O problema [...] não está no terrorismo nem muito menos na diminuição da competitividade, mas, sim, muito mais fundo, está no desaparecimento da vontade de ser quem se é, como coletividades identificadas com um destino histórico e uma cultura viva. (ARAÚJO, 2017, p.327)

Segundo a compreensão mais ou menos geral da nova direita brasileira (PENA, 2019), a globalização, ainda que bastante salutar em termos econômicos, haveria se desvirtuado ao colocar em primeiro plano a ideia de que certos problemas da humanidade, dada a sua extensão e complexidade, deveriam ser abordados em escala global e não mais nacional. Sobre essa premissa, um grande aparato institucional supra-nacional teria sido erigido com o intuito de administrar estes problemas. No entanto, apesar da nobreza de seus princípios, as entidades criadas nesse processo realizariam o oposto do que haveria se proposto. Ao invés de paz, prosperidade e libertação a globalização teria se tornado, assim, em uma grande e orquestrada tirania anônima, exercendo controle social para beneficiar uma elite cosmopolita, uma vez que não estariam sujeitas ao controle democrático e imporiam suas agendas verticalmente às nações. Para Araújo (2017), como exposto em suas palavras acima, mais importante seria a forma como a globalização, em nome de valores supostamente universais (liberdade, igualdade, tolerância), haveria disperso o mundo em uma cultura apática e abstrata, caracterizada pelo relativismo de valores, pelo niilismo, pelo materialismo, sobretudo pela carência de sentido e direção. Certos valores esvaziados de conteúdo teriam se imposto através dos órgãos de controle supra-nacionais, fazendo com que as nações deixassem de reconhecer a legitimidade e força de seus traços singulares. Acerca do uso do conceito de globalismo afirma Lara Pena:

[...] globalismo surge como uma negação da globalização, sendo globalismo um termo cunhado para denominar a globalização por um viés negativo, a globalização não como uma aproximação e troca entre diversas nações, mas como um apagamento das fronteiras culturais e econômicas de cada país, um distanciamento fatal do Estado-Nação (PENA, 2019, p.372-373).

Uma das características fundamentais da chamada “dominação globalista” seria o imperativo de retração dos nacionalismos, entendidos enquanto potenciais combustíveis ou responsáveis por guerras. Neste quadro de hegemonia de uma cultura

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

cosmopolita, os países deveriam abdicar de seus devires nacionais específicos e viver de acordo com um devir comum e universal amparados em valores supostamente consensuais da modernidade. O diagnóstico do globalismo da nova direita reconhece como vitorioso o estado de “suspensão” ou fim da história descrito/prescrito por Francis Fukuyama no seu conhecido ensaio de 1989 (FUKUYAMA, 1989). De acordo com seu posicionamento, a vitória da democracia liberal e do capitalismo após a Queda do Muro de Berlim significariam a entrada da humanidade em um estágio superior e último da História, após o qual não haveriam mudanças qualitativas significativas, apenas expansão e aprimoramento. O ex-ministro Ernesto Araújo descreve essa situação pós-histórica nos seguintes termos:

A Europa pós-moderna – junto com os Estados Unidos que, até Obama, cada vez mais se assemelhavam à Europa – viviam ultimamente numa espécie de tanque de isolamento histórico, viviam já fora da história, depois da história, num estado de espírito (ou falta de espírito) onde o passado é um território estranho. Desde o “iluminismo” toda a tradição liberal e revolucionária constituiu-se numa rejeição do passado [...] O homem pós-moderno não tem ancestrais, as sociedades pós-modernas não têm heróis (ARAÚJO, 2017, p.239).

O principal problema derivado desse momento globalista seria o enfraquecimento da soberania nacional e um certo “aplastamento” do ser humano, que teria se tornado sem passado, sem identidade, sem destino, imerso no presente e agindo por meio de ditames alheios a si. Desse modo, a recuperação do passado nacional, sobretudo o imperial (porque a Proclamação da República é vista como a origem remota do globalismo), seria uma forma de reencontro da sociedade brasileira consigo mesma, com sua essência perdida no caldo indistinto do globalismo e da pós-história. Recuperar a história nacional seria uma forma de lembrar qual é nossa identidade e vocação, qual é nossa missão e destino que o tempo nos legou. No interior dessa crise existencial, o passado emerge, portanto, como uma fonte inevitável de autoridade. Em sua aula inaugural do ano de 2019 do curso do Itamaraty, Ernesto Araújo deixou bem definida esta nova orientação que tentaria exercer na pasta das Relações Exteriores. A diplomacia brasileira deveria passar a possuir um conteúdo concreto e uma direção clara, baseando-se em certos valores e agindo sem medo em sua defesa. A posição que o país deveria tomar no mundo deveria estar de acordo com o seu devir histórico:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

[...] o espírito de cada civilização é algo que deveria ser determinante e, sobretudo, no nosso caso, reconhecer que nós fazemos parte de uma determinada civilização e que isso nos impõe um legado e uma responsabilidade que esse indiferentismo [cosmopolita/universalista] tem nos negado. (ARAÚJO, 2019a, p.3-4)

Com a ênfase no termo “espírito”, Araújo expõe o seu vínculo com o Tradicionalismo. Em “Trump e o Ocidente”, o ex-chanceler cita o principal nome da filosofia Tradicionalista, o seu fundador René Guenón, situando a premissa fundamental desta corrente de pensamento: a de que o Ocidente está em perigo porque sua entrada na modernidade, desde o Renascimento, o afastou das verdades profundas sobre a existência, e tornou o ser humano em um mero ser material e consumidor de bens. Diz Araújo:

Guénon, escrevendo nos anos 1920, acredita que o Ocidente moderno havia-se distanciado completamente da “tradição” (o núcleo espiritual de todas as civilizações e que se manifesta diferentemente, mas de forma coerente em cada uma delas), tornando-se um poço de materialismo e ignorância, cujo único princípio é a negação de qualquer espiritualidade. (ARAÚJO, 2017, p.247)

No caso específico de Ernesto Araújo, a crítica da modernidade feita pelo Tradicionalismo é combinada com uma apropriação, comum entre as novas forças de direita no mundo nos últimos anos (BEINER, 2018), das obras dos filósofos alemães do fim do século XIX e início do século XX, Friedrich Nietzsche e Martin Heidegger¹. A crítica da cultura feita por estes filósofos ofereceria um repertório um pouco diferente do Tradicionalismo mas que convergiria em um diagnóstico similar de rebaixamento da condição humana pelo liberalismo e pela modernidade. De acordo com a leitura que Beiner (2018) realiza destes autores, em Nietzsche o processo de mediocrização do ser humano seria entendido como resultado da adoção de valores de “rebanho” ou da moral dos escravos, cujo marco inaugural mais recente seria a Revolução Francesa e sua recusa da noção de hierarquia, difundindo niilismo e sentimento de negação da vida; já em Heidegger, a modernidade liberal teria transformado o ser humano em uma espécie

¹ O débito de Ernesto Araújo para com Heidegger foi anunciado na já referida aula inaugural no Itamaraty em 2019. Com Nietzsche o vínculo pode ser observado na palestra “Globalismo: uma visão a partir do pensamento de Nietzsche”, proferida em evento organizado pela Fundação Alexandre de Gusmão em junho de 2019, e publicada como artigo no Caderno de Política Exterior do Itamaraty

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de sonâmbulo, uma metáfora um tanto grosseira mas que ilustra bem a condição dúbia de um ser humano que existe mas que não é (não está plenamente consciente), que vive mas que esqueceu que é um ser humano; em Heidegger haveria ainda um processo de desumanização ocorrendo através de uma certa concepção moderna de tecnologia, vista pelo filósofo como responsável por transformar o ser humano em máquina (que pensa como máquina). Estas apropriações fundamentam uma compreensão do caráter nocivo do pensamento liberal-moderno, e a necessidade de uma renovação cultural/espiritual do Ocidente a fim de restaurar a humanidade do humano.

Seguindo estes diagnósticos, que muito se prestam para fundamentar a postura anti-sistema da nova direita, Ernesto Araújo defende como condição de sobrevivência do Ocidente (e do Brasil, entendido enquanto parte do Ocidente) assentar as sociedades ocidentais do séc. XXI em suas (esquecidas) bases históricas. Essa base histórica seria, por sua vez, também uma base espiritual, em que se misturariam o devir nacional e a religião que especialmente teria professado determinada comunidade (com destaque para as três grandes religiões monoteístas do planeta) antes do processo de secularização da modernidade. No entanto, independentemente deste conteúdo especificamente religioso, a história da nação por si só adquiriria atributos sagrados ou míticos. “Cada nação é também uma religião”, diz Araújo (2017, p.342).

Ao falar dos europeus pós-históricos, o ex-Ministro esclarece qual deve ser essa relação a ser estabelecida com a história: “Os europeus de hoje podem até estudar sua história, mas não a vivem como um destino, muito menos a celebram, nem a entendem como 'sua', não veem nela um sentido nem um chamado” (ARAÚJO, 2017, p.346). A noção que pode expressar bem esta relação com o passado, circulante entre determinados grupos da nova direita, é a de “vocação”, no seu sentido etimológico de “chamado”. O termo deixa claro que este sentido existencial oferecido pela história não é uma atribuição construída no presente mas uma revelação, unívoca e externa a nós, diante da qual devemos nos curvar. A defesa do conhecimento histórico enquanto um saber capaz de oferecer um senso existencial é também apresentado na já bastante estudada série “Brasil: A Última Cruzada” da empresa Brasil Paralelo, nos minutos iniciais do primeiro episódio, em uma espécie de proêmio, em que os palestrantes apresentam a legitimidade cultural do conhecimento histórico. Na alternância entre

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

palavras de Olavo de Carvalho e o atual presidente da Biblioteca Nacional, Rafael Nogueira, é dito o seguinte:

O ser humano não foi feito para ser, cada um que nasce, um novo Adão no paraíso, que surge do nada, que surge pronto e se faz a si mesmo. Isso é absolutamente impossível pro ser humano [...] Quando você amplia a sua memória pela história você se sente não mais um ser, digamos, que nasceu a uma década, duas décadas ou três décadas atrás; você se sente um ser ligado à humanidade, você é um ser humano, e você faz parte desta história inteira, você não faz parte só da sua história [...] Na medida que nós vamos aprendendo, aprendendo a participar do mundo e herdando esses valores civilizacionais - a história está entre eles - nós vamos desenvolvendo cada vez mais inclusive a nossa capacidade de afirmar aquilo que em nós é único. (BRASIL PARALELO, 2018)

O tom das considerações dos palestrantes certamente parece se dirigir ao nível dos indivíduos, mas elas também se aplicam caso se pense em termos nacionais. Elas também se encaixam no horizonte geopolítico defendido por Ernesto Araújo, isto é, uma ordem multipolar em que as nações devem reconhecer o seu pertencimento a tradições culturais comuns (a sua civilização correspondente), sem, no entanto, apagar os seus traços nacionais singulares. No interior desta ordem multipolar, cada comunidade nacional deveria conduzir sua existência de acordo com um “modo de ser” particular derivado de sua essência histórica, cultural, espiritual e não tendo em vista um porvir universal e comum. “Uma comunidade, portanto, onde os particularismos não são um acidente, mas a sua própria essência e conformam um todo orgânico”, diz Ernesto Araújo (2017, p.328). Considerando este ponto, talvez seja possível dizer que nestas formulações da nova direita sobre a história uma abstenção em relação a certas características do conceito moderno de história (KOSELLECK, 2006) no sentido de que há uma recusa do reconhecimento e de uma história acima das histórias em particular (uma meta-narrativa, a história única, a história enquanto singular coletivo) tal como exposto, por exemplo, por Immanuel Kant em “Uma ideia de história sob o ponto de vista cosmopolita” (2010 [1784]), texto no qual há também a projeção da construção de entidades supra-nacionais responsáveis por gerir a relação entre nações.

Neste sentido exposto por Araújo, existiriam apenas as histórias particulares de cada povo, e cada povo deveria seguir a sua própria vocação em um mundo equilibrado geopoliticamente por estes variados e equivalentes centros de poder (sem que haja,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

obviamente, a previsão de construção de órgãos supra-nacionais de manutenção da paz entre nações). Cada povo deveria encontrar o seu lugar no mundo, defender seus valores e sua soberania, e viver de acordo com o seu próprio tempo (com a sua própria historicidade). As alianças entre os países (entre estes enclaves entrechados) se daria menos por motivações econômicas e comerciais e mais pelo reconhecimento de pertencimento de um destino histórico/espiritual comum, cuja relação poderia oferecer uma espécie de complementariedade. É nesse sentido que a já referida tentativa de transformação do Museu Nacional em Museu Imperial pode ser entendida, como uma tentativa de recuperação e afirmação da identidade nacional, situando o Brasil diante do mundo e nos lembrando do presumido sentido de nossa história. É, assim, uma iniciativa de caráter anti-globalista. Mas também há esse sentido sagrado ou mítico que precisa ser melhor destacado.

De acordo com Benjamin Teitelbaum (2020), entre Tradicionalistas não há exatamente a pretensão de construção de um “novo tempo” (em termos modernos), de um tempo qualitativamente diferente (e melhor) em relação ao passado. Segundo o etnógrafo, o objetivo destes atores políticos talvez seja, na verdade, o de “transcender” o tempo. Segundo o autor, os Tradicionalistas lutariam “pela eternidade em vez de imaginar um futuro melhor e mais promissor” (2020, p.249), sua tentativa seria estar “acima do tempo” e “descansar em comunhão com seus parentes atemporais” (2020, p.109-110). Em que medida poderíamos observar essa característica também nas formulações de Ernesto Araújo?

Há uma frase bastante surpreendente em “Trump e o Ocidente” (2017) que pode auxiliar a iluminar essa questão. Em um determinado momento do texto, fazendo referência ao vanguardismo do governo de Donald Trump no combate ao globalismo, Ernesto Araújo diz: “[...] a salvação existe na história e o espírito só frutifica na cultura histórica de uma nação [...] Somente um Deus poderia ainda salvar o Ocidente, um Deus operando pela nação” (2017, p.355). Como já mencionado, há um projeto, nas palavras de Ernesto Araújo, de superação da conjuntura globalista pós-histórica, e de reinscrição da sociedade brasileira na história. “A história não acabou, como queriam os globalistas de toda estirpe. A Nação, e com ela a história, está voltando” (ARAÚJO, 2018a). A reinscrição da sociedade brasileira no curso de sua própria historicidade, no

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ritmo específico da cultura brasileira, realizaria uma operação contrária ao esforço da historiografia brasileira do início do século XX de tentar ajustar o tempo da cultura brasileira ao tempo da História como singular coletivo (NICOLAZZI, 2015). Obras como *Raízes do Brasil* (1936), *Evolução política do Brasil* (1933), *Casa Grande e Senzala* (1933) visavam esclarecer qual seria a posição ocupada pelo Brasil na história única da modernidade e quais os entraves (pré-modernos) deveriam ser vencidos (ou aproveitados) para superar o referido atraso nacional (NICODEMO; PEREIRA; SANTOS, 2018). Nesse caso, a história nacional seria somente uma variante de uma história única.

Com a frase de “Trump e o Ocidente” sobre a salvação na história podemos observar, no entanto, como este movimento de entrar novamente na história, afirmando o devir nacional como suficiente por si mesmo, seria ao mesmo tempo uma forma de sair dela. O devir nacional seria o caminho paradoxal para se atingir o plano da transcendência. Os valores apresentados pela nossa história nacional particular seriam capazes de produzir um revigoramento espiritual, elevando a sociedade brasileira além de sua mera existência material e temporal. A transcendência, um conceito que não possui um conteúdo determinado mas a sugestão de uma forma (a “verticalidade”), pode ter um sentido “laico”, mas também sagrado. Viver de acordo com uma essência, com um modo de ser cultural e espiritual definido por sua história, seria uma forma de conectar os diversos planos que comporiam a realidade (o profano, o sagrado, o material, o espiritual, o tempo, a eternidade, a facticidade, o sentido). O projeto de recomposição do conservadorismo e liberalismo seria um empreendimento que visaria:

a preservação de um conceito profundo de dignidade humana, do ser humano como um ser, claro, terrestre, mas que se relaciona com o mundo espiritual, que se relaciona com Deus, e não como esse ser [...] que daqui a pouco se a gente deixar [...] vai começar a pensar como máquina (ARAÚJO, 2019b).

Nesse sentido, em um texto de seu conhecido blog, Ernesto Araújo defende a necessidade do ser humano se reconectar com os mitos:

Grande parte do empobrecimento do ser humano pós-moderno, da queda vertiginosa dos “índices de desenvolvimento espiritual” (os IDE, que deveriam existir ao lado dos “índices de desenvolvimento humano”, os IDH),

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

deve-se ao fato de que ele fechou-se ao mito. A história não basta [...] a história é apenas uma coleção de presentes que não supre a ausência do mito. Você pode traçar uma linha horizontal com a extensão que quiser, mas se não traçar uma linha vertical jamais conseguirá formar uma cruz, e sem a cruz jamais conseguirá definir um centro, o seu próprio centro, conflitivo, único e milagroso. A aventura humana não se esgota na história, ela exige também o mito [...] Apenas a convivência contraditória entre mito e história permite a vida humana em sua plenitude. (ARAÚJO, 2018c)

A compreensão de Araújo, que estabelece inclusive uma crítica da insuficiência do saber histórico moderno, aponta como o sentido da história é evidenciado nestes momentos raros em que os diversos planos da realidade se encontram (o vertical com o horizontal), quando misturam-se nos conteúdos narrativos o literal com o metafórico, o material com o simbólico, sendo um tão verdadeiro e necessário quanto o outro. O conhecido Blog do ex-ministro, “Metapolítica 17”, possui alguns textos que reconstituem narrativas históricas com esse teor ambíguo, como é o caso, por exemplo, do suposto encontro entre Dom Afonso Henriques com Jesus Cristo antes da decisiva Batalha de Ouriques em 1139 (ARAÚJO, 2018b), entendido enquanto o evento fundador de Portugal (em certa medida, apresentado como um mito também de nossa origem). A defesa intransigente de nosso suposto patrimônio histórico (contra a “perversão esquerdista”), explica-se pela capacidade que ele teria de nos lembrar de nosso sentido e nossa vocação, de restituir a nossa humanidade em sua plenitude e garantir nossa salvação. A ideia de Teitelbaum sobre o tempo da eternidade da nova direita parece de algum modo de expressar nos textos do ex-chanceler, ainda que, na verdade, algumas mediações precisem ser feitas e melhor refletidas.

Historicidade neoliberal e Tempo Saquarema

O desenvolvimento da pesquisa, parcialmente apresentada em trabalhos anteriores (DETONI, 2021) e neste breve texto experimental, tem colocado a questão da (im)possibilidade de compatibilização das formulações correntes de interpretação da natureza do tempo social/histórico contemporâneo produzido pelo neoliberalismo, seja através do “presentismo” de François Hartog (2014), seja pela noção de “historicidade neoliberal” desenvolvida por Rodrigo Turin (2019), e a observação da política do tempo alicerçada na produção intelectual e no ativismo político da nova direita brasileira e dos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

movimentos monarquistas no Brasil contemporâneo (uma tensão, portanto, entre aquilo que é apontado pela bibliografia e os “achados de pesquisa”). À primeira vista, há um contraste entre diversos pontos. De acordo com Hartog (2014), o presentismo seria caracterizado por um abismo entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, longes um do outro no limite da ruptura, fazendo com que neste vazio sobrasse apenas o presente como parâmetro de si mesmo – um presente que, por sua vez, é também bastante instável (o que, na verdade, torna a total desorientação como sensação característica do presentismo). Turin (2019) avança na compreensão desta experiência de tempo, reconhecendo como, longe de ser uma consequência não prevista do esgotamento da modernidade, o presentismo é um efeito direto de um projeto político que começou a tomar corpo nos anos 1970.

Ao estudar a semântica deste léxico neoliberal, Turin (2019) reconhece diversas características da temporalização “presentista”. Por exemplo, a sensação de quebra da ideia de continuidade e da ideia de processo em uma série de presentes descontínuos, caracterizando uma temporalização que se dá em um movimento sem acúmulo e direção (e isso se explica, em parte, pela centralidade da noção de inovação pro discurso e funcionamento do capitalismo contemporâneo); a sensação de que os futuros imediatos veem em nossa direção, cabendo a nós apenas nos adequarmos, nos adaptarmos (movimento de temporalização reativa); por fim a sensação de indisponibilidade da história, que ao mesmo tempo é acompanhada pelo reconhecimento da agência da natureza na história (o caso da crise climática e da pandemia de coronavírus). Em contrapartida, é possível observar na produção dos atores que compõem essas novas forças de direita uma defesa do valor do passado; uma defesa de que qualquer programa político elaborado não deva fazer “tábua rasa” do passado, e sim construir-se em consonância com ele (meio do caminho entre a necessidade inelutável de reformas e o respeito e preservação da tradição); do reconhecimento do presente como o último ponto alcançado por esse passado longínquo (ao invés de se encarar, tal como fazem os progressistas, o presente como mera transição e início de um novo futuro) e a inflação ou aparição da noção de “antepassados” e “ancestrais”.

A observação de como a teoria do globalismo e o Tradicionalismo (combinado com outras correntes teóricas) produzem uma certa noção de história e conferem um

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

determinado estatuto a categoria temporal passado também contribui para a fundamentação da ideia de que este tempo histórico engendrado pela nova direita, que pode ser chamado provisoriamente de “Tempo Saquarema” (fazendo um uso imprudente do termo de Ilmar Mattos [2017]), é uma forma de reação ao neoliberalismo (globalista) e portanto ao presentismo. Com a noção de “vocação”, por exemplo, recolocam-se parâmetros seguros de orienta o no tempo, e com a proje o de uma ordem geopolítica multipolar (redu o da escala do exercício do poder) recupera-se a disponibilidade da história; o substrato nacional a guiar as economias liberais seria uma forma de introduzir uma “bússola moral” no léxico despolitizante e tecnicizante neoliberal, característico dos discursos de flexibilidade, de eficiência; por fim, com a ideia de na o e transcendência/salva o restauram-se as esperanças com o futuro (um futuro não exatamente moderno), interligando diversos planos da existência que não dizem somente respeito ao presente e ao mundo material.

No entanto, como compreender a natureza dessa rea o (em termos temporais) dado que a nova direita ao mesmo tempo sugere como resposta aos problemas que o neoliberalismo produz a intensifica o de alguns de seus elementos (inclusive numa zona pós-colonial como o Brasil)? De que modo a historicidade neoliberal e o “tempo saquarema” se entrecruzam, ainda mais levando em considera o que talvez suas diferenças sejam menos importantes que suas continuidades (SLOBODIAN, 2021) Certamente a nova direita não   uma nega o mas um desenvolvimento do neoliberalismo (uma vertente criada em seu interior) que d  respostas aos anseios e efeitos que ele mesmo produz (DARDOT; LAVAL, 2019).

Sem ter condi oes de resolver por aqui estas questões, seguimos com Rodrigo Nunes (2021), para quem o futuro projetado pela nova direita não   muito diferente do estado de coisas do presente (e de sua reprodu o sem *telos*). Se difere, no entanto, do consenso neoliberal que vigorou até então (até a crise de 2008, pelo menos), ao construir uma representa o conflituosa e antagonística da realidade: tanto o presente quanto o futuro está longe de ser concebido como “cor de rosa”. Eles são constituídos pela ideia de que a vida, na sua essência,   “uma sequência de escolhas difceis em meio a uma luta mortal por recursos escassos” (NUNES, 2021), de que estamos na iminência de um decisivo “conflito civilizacional”, e que, de fato, muito pouco poderia ser

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

diferente (a realidade é assim e tudo tem um preço). À sua maneira, a nova direita reconhece e afirma que estamos diante de um abismo. Muito da aderência a esse imaginário pode se explicar pela sua capacidade de dialogar com/representar a realidade da precarização neoliberal e por oferecer uma “vantagem competitiva” na luta por recursos a aqueles que se agarram a elas ao legitimar a violência, a opressão, a exploração, as hierarquias. A promessa da transcendência e reencantamento do mundo, por sua vez, talvez seja uma forma menos traumática de aceitar viver no mundo dos lobos (PINTO NETO, 2020). Mas mais do que um instrumento ideológico estas narrativas são o que dizem que são. Elas oferecem ao Brasil uma tarefa histórica, uma forma de posicionar-se no mundo e projetar-se na história, cujo significado é ainda preciso melhor entender.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ernesto. Trump e o Ocidente. *Cadernos de Política Exterior*, v. 3, n. 6, Brasília: FUNAG, 2017.

ARAÚJO, Ernesto. A nação está voltando. *Metapolítica 17* (site), 2018a. Disponível em: <<https://www.metapoliticabrasil.com/post/a-na%C3%A7%C3%A3o-est%C3%A1-voltando>>. Acesso em: 09/08/2021.

ARAÚJO, Ernesto. A última batalha. *Metapolítica 17* (site), 2018b. Disponível em:<<https://www.metapoliticabrasil.com/post/antes-da-batalha>>. Acesso em: 09/08/2021.

ARAÚJO, Ernesto. História e Mito. *Metapolítica 17* (site), 2018c. Disponível em:<<https://www.metapoliticabrasil.com/post/hist%C3%B3ria-e-mito>>. Acesso em: 09/08/2021.

ARAÚJO, Ernesto. Aula Magna do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, no Instituto Rio Branco, 2019a. Disponível em: <<http://funag.gov.br/images/2020/NovaPoliticaExterna/NovaPoliticaExterna17/03.pdf>>. Acesso em: 09/08/2021.

ARAÚJO, Ernesto. Globalismo: uma visão a partir do pensamento de Nietzsche. *Cadernos de Política Exterior*, v. 5, n. 8. Brasília: FUNAG, 2019b

BRASIL PARALELO. *Brasil: A Última Cruzada*. LHT Higgs Produções Audiovisuais LTDA, 2018. Disponível em: <<https://site.brasilparalelo.com.br/series/brasil-a-ultima-cruzada/>>. Acesso em: 15/01/2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

BEINER, Ronald. *Dangerous minds: Nietzsche, Heidegger and the return of Far Right*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2018.

COLETTA, Ricardo Della; SALDAÑA, Paulo. Governo quer transformar Museu Nacional em Palácio Imperial e deixar acervo fora. *Folha de São Paulo* (site), 26 mar 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/03/governo-quer-transformar-museu-nacional-em-palacio-imperial-e-deixar-acervo-fora.shtml>>. Acesso em: 09/08/2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Anatomia do novo neoliberalismo. *Instituto Humanitas Unisinos – IHU* (site), 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval>>. Acesso em: 09/08/2021.

DETONI, Vicente da Silveira. O “Partido Saquarema” na partilha da autoridade sobre o passado: nova direita, movimentos monarquistas e o saber histórico no ocaso da Nova República brasileira. *História e Cultura* . Dossiê Temático . v.10, n.1, 2021.

FUKUYAMA, Francis. The End of History? *The National Interest*, n. 16, 1989, pp. 3-18.

GRAGNANI, Juliana. O que é 'globalismo', termo usado pelo novo chanceler brasileiro e por Trump? *BBC News Brasil* (site), 3 fev 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46786314>>. Acesso em: 09/08/2021.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

KANT, Immanuel. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. 3. ed., São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010 [1784]

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LOREDO FILHO, José. Uma defesa da monarquia histórica. In: BARRETO, André Assi; SCANSANI, Marcio (orgs.). *A Monarquia é Real*. Santo André, SP: Armada, 2019.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2017.

MUDROVIC, María Inés Mudrovic. The politics of time, the politics of history: who are my contemporaries?, *Rethinking History*, 23:4, 456-473, 2019.

NICODEMO, Thiago; PEREIRA, Mateus; SANTOS, Pedro dos. *Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

NICOLAZZI, F. Orden del tiempo y escritura de la historia: consideraciones sobre el ensayo histórico en el Brasil, 1870-1940. *Prismas*, Revista de historia intelectual, n. 19, 2015, pp. 47-66.

NOBRE, Marcos. *Choque de Democracia: razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

ORLEANS E BRAGANÇA, Luiz Philippe de. *Por que o Brasil é um país atrasado? O que fazer para entrarmos de vez no século XXI*. 2. ed., São Paulo, SP: Maquinaria Studio, 2019.

PENA, Lara Pontes Juvencio. “Globalismo”: o discurso em política internacional sob a ideologia da nova extrema direita brasileira. *Fronteira*: Belo Horizonte, v. 18, n. 36, p. 371 - 386, 2019.

PINTO NETO, Moysés. Bolsonaro vê solidariedade como hipocrisia, diz filósofo. *Uol* (site), Entendendo Bolsonaro, 2020. Disponível em: <<https://entendendobolsonaro.blogosfera.uol.com.br/2020/04/22/bolsonarismo-ve-solidariedade-como-hipocrisia-diz-filosofo/>>. Acesso em: 09/08/2021

SANTOS, Armando Alexandre dos. *Parlamentarismo, sim! Mas à brasileira: com Monarca e com Poder Moderador eficaz e paternal*. São Paulo: Artpress, 1992.

SEDGWICK, Mark. *Contra o mundo moderno: o Tradicionalismo e a história intelectual secreta do século XX*. Belo Horizonte: Editora Âyné, 2020

SLOBODIAN, Quinn. Neoliberais e ultradireita: o tronco único. *Outras Palavras* (site), 2021. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/direita-assanhada/neoliberais-e-ultradireita-o-tronco-unico/>>. Acesso em: 09/08/2021.

TEITELBAUM, Benjamin. *Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

TURIN, Rodrigo. Presentismo, neoliberalismo e os fins da história. In: TURIN, Rodrigo; AVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando. (Orgs.). *A História (in)Disciplinada*. Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. 1. ed. Vitória: Milfontes, 2019.